

USO COMO VALORIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL EM SÃO JOSÉ /SC

Ana Carolina Martins Silva¹

João Paulo Schwerz²

Resumo: O artigo proposto se desdobra a partir de um Trabalho de Conclusão de Curso, que objetiva um resultado projetual a partir de uma reflexão sobre núcleos históricos e o papel contemporâneo da arquitetura na preservação de atributos culturais. Utilizando o município de São José, em Santa Catarina, como recorte empírico, questiona-se o grande número de edificações históricas subutilizadas, que expressam, por um lado, uma conjuntura econômica e cultural delicada, e um potencial de recuperação a partir de novos usos compatíveis, por outro. Assim, fundamenta a discussão o estudo do “uso” como forma de valorização e reabilitação de edifícios de interesse histórico e cultural, bem como “novas” arquiteturas em centros consolidados. A partir destas premissas, surge a proposta de um Centro de Arte e Cultura Popular em uma das edificações do chamado Centro Histórico de São José, a fim de evidenciar o patrimônio [material e imaterial] local. As análises, que incluem a própria edificação, seu entorno imediato e o conjunto urbano mais amplo, assim como seus condicionantes legais, delinearam os vínculos entre local, uso proposto, e o novo desenho, a fim de aprimorar o potencial e as boas relações do contexto.

Palavras-chave: Arquitetura contemporânea em centros consolidados. Preservação do patrimônio cultural. Uso compatível.

Abstract: The proposed article is the result of a Final Thesis project which presents an architectural intervention based on a reflection on historical cores and the contemporary role of architecture in the preservation of cultural attributes. The place of study is the municipality of São José, in Santa Catarina, and it inquires about the large number of underused historic buildings, which express, on one side, a delicate economic and cultural situation, and, on the other side, a potential for recovery from new

¹ Aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental UDESC | anacarolms@outlook.com.

² Professor Doutor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo UFSC. jpschwerz@gmail.com.

compatible uses. The discussion of “use” as a way of valuing and rehabilitating buildings of historical and cultural interest is justified, as well as “new” architectures in consolidated urban cores. From these premises, the program of an Art and Popular Culture Center emerges in one of the buildings of the Historic Center, in order to highlight the local [material and immaterial] heritage. The analyzes, which includes the building itself, its immediate surroundings, a broader urban complex, and also its legal constraints, outlined the links between location, proposed use, and the new design, in order to improve the potential and good relations from the context in which it is inserted.

Keywords: Compatible use. Contemporary architecture in consolidated centers. Preservation of cultural heritage.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo, apresentado em 2017, na Universidade Estadual de Santa Catarina. O trabalho tem a intenção de discutir novos usos e intervenções arquitetônicas em edificações de caráter histórico, assim como seu potencial em centros consolidados. Deste modo, toma a problemática, infelizmente comum no Brasil, de zonas de interesse cultural descaracterizada por intervenções equivocadas, tanto do ponto de vista político, quanto de uso, e também de desenho. Além disso, aborda a importância de uma nova arquitetura que seja compatível com o contexto urbano da área, buscando aproveitar e aprimorar os potenciais arquitetônico e ambiental existentes. Para exemplificar tais questões surge a proposta de um Centro de Arte e Cultura Popular para uma das edificações históricas abandonadas do centro de São José (SC), possibilitando um espaço específico para execução de programas e projetos de estudo, pesquisa, documentação e difusão de expressões dos saberes e fazeres tradicionais, de influência açoriana.

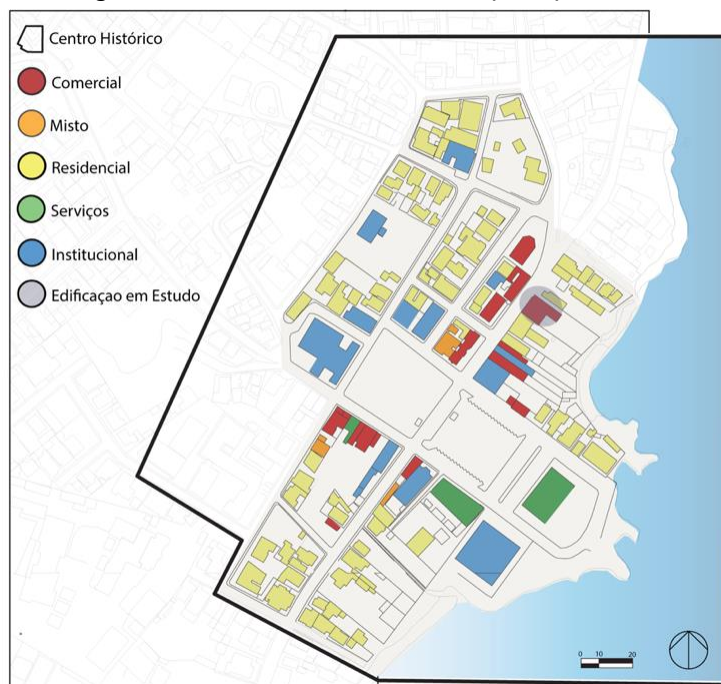
A cidade edifica memórias de uma população. Juntamente com as construções que vêm a se tornar patrimônio material, estas edificações têm histórias em suas paredes que serão contadas de geração em geração. Segundo Sandra Pesavento (2008), o centro fundacional e das experiências compartilhadas foi, por muito tempo, o cartão de visitas das cidades. Ainda que tais espaços tenham passado por diferentes processos de esvaziamento e degradação, deixaram marcas que funcionam ou podem funcionar como referências para seus habitantes.

Os centros urbanos sofrem os desgastes físicos inerentes à passagem do tempo, assim como alterações de uso e até de status, que modificam em diferentes graus suas funções originais; mais ainda, tais centros fundacionais geralmente sofrem perda de significado, vítimas de atualizações espaciais e de sentido cada vez mais rápidas, resultando em vazios de sentido histórico, perdido através das gerações. São José, na região metropolitana de Florianópolis (SC), é uma pequena cidade que, a despeito de seu

potencial e dos registros arquitetônicos presentes, pode ser considerada exemplo, de onde emerge a vontade de intervir. O projeto do centro de arte e cultura popular

A cidade de São José possui um rico centro funcional com diversos usos, onde está localizada a edificação escolhida para reabilitação. Segue uma linguagem luso-brasileira, uma tipologia açoriana utilizada na época da colonização do litoral e ainda comum na região. Analisando seu contexto de inserção em diferentes escalas, foi possível diagnosticar questões condicionantes e potencialidades determinantes para o projeto. O recorte de estudo abarca alguns equipamentos relacionados à cultura, como o Museu Histórico de São José, Arquivo Histórico Municipal, Biblioteca Pública e Fundação Municipal de Cultura e Turismo, sendo definida como APC (Área de Preservação Cultural). Logo, é uma localização estratégica para a implantação do Centro de Arte e Cultura Popular, pois, além de ter uma infraestrutura de apoio cultural próxima, a área conta com edificações subutilizadas que representam enorme potencial e que têm a capacidade de receber novos usos compatíveis. Outra questão é a forma como a edificação seria implantada, seguindo o alinhamento da rua conforme o recuo das outras casas do entorno. A volumetria da arquitetura nova foi pensada para manter as mesmas proporções da casa antiga. A área ainda oferece uma vista privilegiada para a baía sul, vegetação nativa e praças, tornando excelentes pontos em prol da proposta.

Figura 1 – Recorte da Área com os principais usos.



Fonte: Google Earth (2015), adaptado pela autora.

As intervenções feitas em edifícios existentes foram, ao longo do tempo, voltadas, em geral, para sua adaptação às necessidades da época e ditadas por exigências práticas e de uso. No entanto, noções que floresceram, isolada e esporadicamente, a partir do Renascimento e amadureceram entre os séculos XV e XVIII, foram conjugadas na formação das vertentes teóricas da restauração: o respeito pela matéria original; a ideia de reversibilidade e distinguibilidade da intervenção; a importância da documentação e de uma metodologia científica; o uso como meio de preservar os edifícios e não como a finalidade da intervenção; o interesse por aspectos conservativos e de mínima intervenção; a noção de ruptura entre passado e presente. (KUHL, 2006, p. 18.)

Através “uso compatível”, uso alternativo que não descaracterize fisicamente, e que traga possibilidades de apropriação pública, é possível dar nova funcionalidade ao bem histórico sem perder de vista seus aspectos documentais e materiais, proporcionando uma constante manutenção ao desenvolver um programa e projeto com essas finalidades. Depois que vários teóricos já discutiram sobre a questão do uso, foi formulada a Carta de Atenas de 1931, documento internacional inaugural do campo da preservação. Dentre os princípios gerais da carta, foi enunciada a utilização dos monumentos, contanto que respeitosa, compatível com suas especificidades, de modo a não sobrepor a necessidade de novo uso à preservação.

Conceito de uso como critério de intervenção

No campo da restauração, é possível encontrar um uso compatível, se o que se quer é, de fato, preservar como ato de cultura, que vai diferenciar um processo de decadência por “falta de uso” ou “uso inadequado”, de uma preservação por meio de “uso compatível”, a qual respeita suas várias estratificações, seus aspectos documentais, materiais e de conformação de um bem, a proporcionar uma constante manutenção, desenvolvendo o programa e o projeto com estas finalidades. Deveriam, pois, ser analisadas as características da obra a serem respeitadas e conservadas, para, depois, definir funções e programas compatíveis com elas, e não o contrário, adaptar um dado edifício a um novo uso preestabelecido ou submetê-lo a transformações massificadas, na maioria das vezes em desacordo com suas particularidades, cuja implementação será feita em prejuízo do próprio monumento histórico. (KUHL 2006, p. 204).

Este foi o critério para a restauração da edificação escolhida. Através dos princípios do uso compatível foi possível manter e reaproveitar quase toda sua estrutura original para atender o programa de necessidades de um centro cultural, com apenas alguns ajustes para melhor aproveitamento do espaço e circulação.

No que se refere à preservação do meio ambiente urbano, existe um duplo condicionamento. Por um lado, sendo este um organismo vivo, não há que se impedir o processo de renovação que acompanha o próprio desenvolvimento da vida humana. Por outro lado, cabe à sociedade e ao Estado orientar essa renovação e transformação, para que a paisagem urbana evolua de maneira equilibrada e não predominem apenas os interesses econômicos imediatos de um determinado grupo. Não se trata, portanto, de congelar a vida ou de transformar as cidades em museus, mas de pensar na preservação e na melhoria de sua qualidade de vida, o que abrange tanto as áreas consideradas "históricas" quanto aquelas mais novas. (CASTRIOTA, 2009, p. 89).

Foi aí que surgiu o conceito contemporâneo de "patrimônio ambiental urbano", segundo Leonardo Castriota (2009), que, antes de tudo, pensa no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando o processo vital que informa a cidade, perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si e não apenas pensar nas edificações como monumentos excepcionais e isolados.

A proposta

Ao olhar para São José como um "patrimônio ambiental urbano", teríamos um bom exemplo de relações de paisagem urbana, em que pesem contradições significativas. A falta de incentivo do Estado e da sociedade nessa relação dificulta sua evolução como um organismo vivo, um todo. De acordo com José Reginaldo Santos Gonçalves (2005), há situações em que determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. O que essa experiência de rejeição parece colocar em foco é menos a relatividade das concepções de patrimônio nas sociedades modernas e mais o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão política de uma agência de Estado, nem mesmo, exclusivamente, de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar "ressonância" junto a seu público. Este é o papel fundamental que desempenha a categoria do patrimônio no processo de formação de subjetividades individuais e coletivas. Em outras palavras, não há patrimônio que não seja ao mesmo tempo condição e efeito de determinadas modalidades de autoconsciência individual ou coletiva. Na Antropologia Urbana é possível entender que o patrimônio é definido por sua materialidade, sua forma e em seus usos sociais e simbólicos. Mais que a expressão emblemática de uma sociedade ou uma camada social determinada, esse objeto e seus usos parecem na verdade colocar essa sociedade em movimento (GONÇALVES, 2005).

Diversos municípios têm incluído em suas legislações conceitos de fruição pública. Trata-se de medidas governamentais, embasadas nas leis municipais, nos planos diretores, nas leis de zoneamento e diversas outras recomendações de urbanização que visam tornar o espaço público melhor aproveitável pela população.

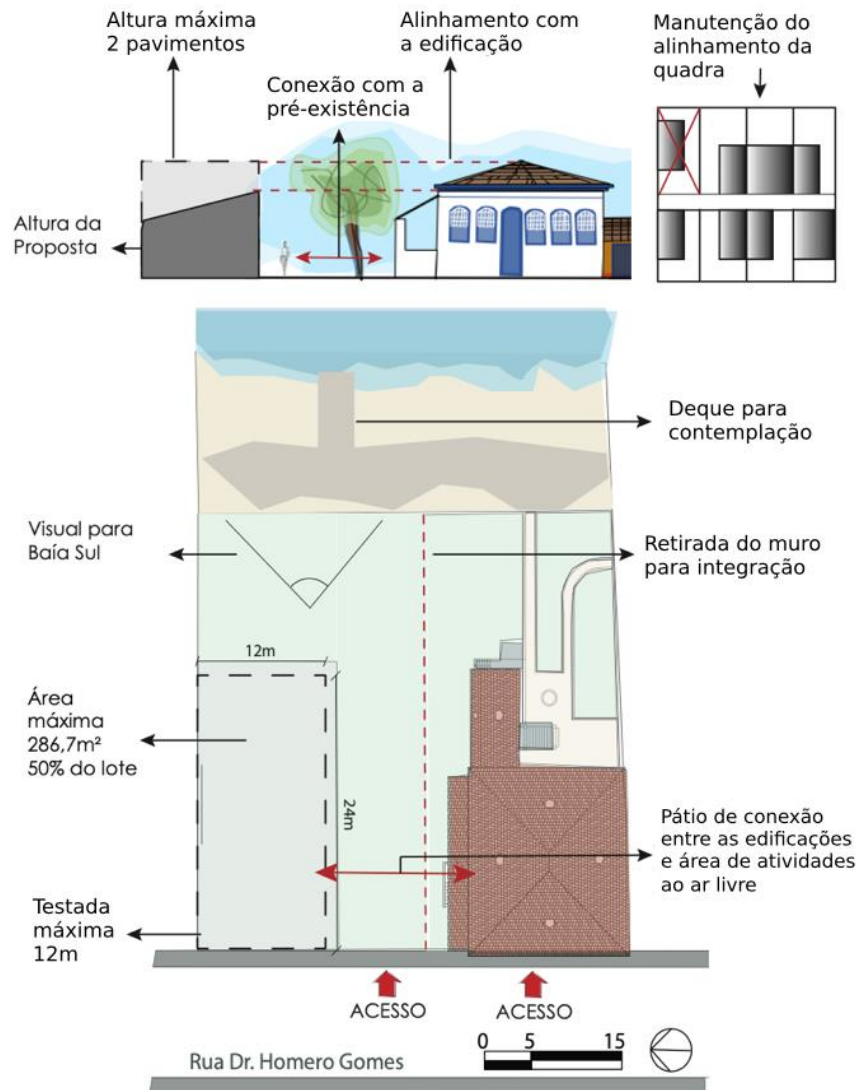
Significa estruturar e melhorar a oferta de áreas públicas qualificadas, privilegiando atividades de valor social, cultural e econômico. Além disso, há um estímulo para que o pedestre seja visto como elemento prioritário nos deslocamentos. Para isso, dezenas de fatores devem ser observados, visando sempre a melhor qualidade de vida. A intenção é trazer esse conceito para a realidade de São José.

Já ocorreram restaurações em edificações isoladas e até mesmo um projeto de orla no centro histórico, no entanto, há muitas edificações descaracterizadas e falta um cuidado com todo o conjunto urbano, com uma identidade e unidade.

Além do respeito pela edificação pré-existente, foi identificado o potencial e a necessidade de um centro cultural para a população local, de uso compatível com este tipo de programa de necessidades. A localização é estratégica e existe um eixo visual com a paisagem da baía. A nova arquitetura segue todos estes critérios, sem se impor sobre a edificação histórica, no entanto, sem ser submissa, utilizando novos materiais, formas e usos.

Os materiais escolhidos para a edificação nova foi o concreto por conta da sua durabilidade, fácil mão de obra e economia, e a pele de vidro para compor toda a fachada voltada à arquitetura pré-existente, com o objetivo de conectar o novo ao antigo. A forma foi pensada de tal maneira a acompanhar a silhueta da edificação história e manter as mesmas proporções para melhor harmonia entre elas. Os usos foram distribuídos a partir do programa de necessidade, onde foram propostas salas multiuso no anexo novo e biblioteca, sala de acervos e café na casa antiga.

Figura 2 – Proposta de implantação para o Centro de Arte e Cultura Popular.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2016).

Para atender a todo o programa de necessidades de um centro de arte e cultura, foi necessário propor um anexo, uma arquitetura nova. A hierarquia de decisões para essa nova proposta foi feita de tal forma a contemplar a edificação histórica existente, voltando a nova edificação de frente para a antiga. O alinhamento da arquitetura nova com a rua foi um quesito a ser considerado, pois antigamente todas as casas seguiam esse modelo, optando assim por acatar o mesmo formato. Outro ponto importante foi a conexão do centro com o mar, então foi criada uma praça entre as duas edificações a partir de um eixo da rua até a praia, gerando perspectivas de visuais. A acessibilidade também foi uma condicionante importante, pois, ao criar um espaço de uso público, é preciso ser apropriado por todas as pessoas que passam pelo centro. A edificação nova possui elevador em seu interior, já na antiga foram feitas rampas de acesso e plataforma elevatória.

A intenção dessa proposta foi resgatar os valores culturais já existentes nesse território através do uso, seguindo as recomendações internacionais de distinguibilidade, encontradas nas cartas patrimoniais, prestando atenção no contexto e buscando harmonia.

Figura 3 e 4 – Projeto do Centro de Arte e Cultura Popular.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2016).

A solução projetual é uma alternativa para implantação em relação ao prédio antigo, conectado com novos usos, como acessibilidade, funções novas, demandas atuais. Em relação AA escala urbana, foi utilizado como ponto de partida conectar o centro com o mar.

Por fim, foi possível montar um programa de necessidades para o centro de arte e cultura e averiguar os materiais que melhor se enquadram no projeto, além de auxiliar na concepção formal e estética do novo anexo a ser inserido de tal forma que respeite as recomendações internacionais de preservação e restauração e respeite as perspectivas dele e de seu entorno.

O propósito desse estudo foi trazer alguns pontos para mostrar que não podemos pensar em uma edificação sem pensar em seu entorno e muito menos em sua história. Uma construção pode ser muito mais do que somente paredes, pode trazer consigo memórias que insistem em estar presentes.

Referências

- ARQUITEXTOS 013.06: A importância dos museus e centros culturais na recuperação de centros urbanos (1) | vitruvius. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/881>>. Acesso em: 16 set. 2016.
- BOITO, C.Kühl, B. **Os restauradores**. Tradução. 1a. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.
- CASTRIOTA, L. **Patrimônio cultural**. Tradução. 1a. ed. São Paulo: Annablume de São Paulo, 2009.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v.11 n.23, Porto Alegre jan./jun., 2005.
- KUHL, Beatriz. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov.2005/ abr. 2006.
- LYNCH, K. **The image of the city**. Tradução. 1a. ed. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1960.
- MACHADO. **São José da terra firme**. Tradução. 1a. ed. São José: Floriprint, 2007.
- PESAVENTO, Sandra. História, Memória e Centralidade Urbana. Rev. Mosaico, v.1, n. 1, p. 3-12, jan./jun., 2008.
- SILVA, Ana Carolina. **Centro de Arte e Cultura Popular: Alternativa de valorização do Folclore e do Patrimônio edificado no Centro Histórico de São José/SC**. Laguna: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2016.
- VIOLLET-le-Duc, E.Kuhl, B. **Restauração**. Tradução. 1a. ed. Cotia: Ateliê, 2000.

Recebido em 04/03/2020 | Aceito em 27/03/2020.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)